

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS CORRELACIONADOS AO PROCESSO DE DESERTIFICAÇÃO NO POLO DE JEREMOABO BAHIA

Clébisson Carvalho Almeida¹; Elane Fiuza Borges²

1. Bolsista PEBIC/FAPESB, Graduando em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: Clebisson2@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosófica, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: elaneborges@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Desertificação, IPE, IPS.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da desertificação é um problema de escala mundial, nesse ocorre à perda da capacidade produtiva dos recursos naturais, que é causada principalmente, pela ação antrópica em ambientes naturalmente fragilizados pela ação climática.

Percebe-se que são nessas ASD que se concentram os maiores bolsões de pobreza, os quais não se fundamentam apenas pelos fenômenos naturais, mas também na trajetória histórica dessas áreas. Portanto, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar a relação dos indicadores socioeconômicos com o mapa de degradação ambiental no Polo de Jeremoabo e como objetivos específicos construir um banco de dados socioeconômicos a partir da Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia (SEI), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros órgãos governamentais; efetuar a tabulação dos dados socioeconômicos; construir uma base de dados em ambiente SIG e em seguida elaborar mapas dos indicadores socioeconômicos do Polo de Jeremoabo (IPE, IPS).

METODOLOGIA

No sítio eletrônico da SEI foram pesquisados os indicadores sociais e econômicos (Índice de Performance Econômica – IPE e Índice de Performance Social - IPS) do estado da Bahia. Posteriormente, selecionaram-se os indicadores e seus respectivos subindicadores: IPE, composto pelos subíndices INF – Índice de Infraestrutura; IPM – Índice do Produto Municipal; ICE – Índice de conta Corrente e IIF – Índice de Independência Fiscal; IPS composto pelos subíndices INS – Índice do Nível de Saúde; INE – Índice do Nível de Educação, ISB – Índice da Oferta de Serviços Básicos e IMT – Índice do Mercado de trabalho) dos municípios que compõe o Polo Regional de Jeremoabo, referente ao ano de 2010.

Os indicadores econômico (IPE) e social (IPS), foram reclassificados em 4 intervalos de classes, por meio do método quebras naturais (Jenks). Posteriormente, realizou-se a tabulação cruzada com o dado de degradação ambiental e os índices IPE e IPS. Fez-se o cálculo de valores em pixels para porcentagem, a fim de demonstrar a relação entre estes dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas áreas de ocorrência de desertificação tem-se associado o mau uso do solo, intensificando este fenômeno, por isso os indicadores econômicos e sociais auxiliam na compreensão das causas e das possíveis consequências do processo de desertificação, que se instala, principalmente, em decorrência da degradação ambiental. As Tabelas 1 e 2 apresentam o resultado da tabulação cruzada entre os dados de degradação ambiental e os índices IPS e IPE.

Tabela 1. Valores da tabulação de degradação e IPS em porcentagem

Valores da tabulação de degradação e IPS em porcentagem				
Degradação (%)	Valores de IPS			
	4927 - 4950	4950 - 4975	4975 - 4991	4991 - 5056
Baixa degradação	24	38	26	29
Média degradação	16	28	25	21
Media alta degradação	34	18	31	36
Alta degradação	27	16	17	14
total	100	100	100	100

Tabela 2. Valores da tabulação de degradação e IPE em porcentagem

Valores da tabulação de degradação e IPE em porcentagem				
Degradação (%)	Valores de IPE			
	4953 - 4966	4966 - 4975	4975 - 4994	4994 - 5033
Baixa degradação	30,3	22,1	26,8	45,0
Média degradação	25,5	17,3	31,5	27,4
Media alta degradação	26,0	38,5	24,1	19,7
Alta degradação	18,2	22,1	17,6	7,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A relação dos indicadores com a degradação mostra que os municípios com maiores porcentagem de alta degradação, que são Novo Triunfo, Pedro Alexandre e Glória, possuem os menores indicadores socioeconômicos, como acontece de maneira clara com o IPS que estão nos valores entre 4927-4950 e a porcentagem de alta degradação é de 27%, fato que mostra a redução da área com alta degradação conforme o aumento dos valores do índice.

A porcentagem de alta degradação de 22,1% está mais presente nos municípios de Uauá e Jeremoabo, com IPE entre 4966-4975, e uma concentração maior de baixa degradação com 45% para os valores mais altos entre 4994-5033 dos municípios de Paulo Afonso e Rodelas. O aspecto econômico deixa claro a fragilidade dos municípios quanto à desertificação, principalmente para os que têm a base da economia nas atividades agrícola e pastoril.

Segundo Vasconcelos e Matallo "dois tipos de custos estão envolvidos na avaliação dos impactos econômicos da desertificação. O primeiro diz respeito às perdas econômicas resultantes da degradação de terras e, por conseguinte, da sua capacidade produtiva, e o segundo são os custos de controle e recuperação desses processos (que pode ser estimado a partir dos custos de reposição do meio ambiente ao seu estágio natural)".

Os municípios que estão em áreas suscetíveis à desertificação, os elementos sociais e econômicos podem ser uma causa desse processo, mas também trazer consequências que vão influencia direto e indiretamente estes indicadores.

CONCLUSÃO

A desertificação está estritamente ligada ao meio natural, mas não se pode compreendê-la sem levar em conta fatores sociais e econômicos, que também são indicadores para a degradação. A dinâmica da sociedade pode causar a desertificação e está sujeita as consequências, portanto a desertificação não é somente um fenômeno físico e biológico que altera a paisagem, mas também social e econômico.

REFERÊNCIAS

ACCILY, Luciano J. de O.; OLIVEIRA, Maria Aparecida J. de. **Indicadores de processo de desertificação**. In. Romeiro, Ademar Ribeiro. Avaliação e contabilização de impactos ambientais. Campina – SP: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. PAN Brasil. Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Recursos Hídricos, 2004. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/pan_brasil_portugues.pdf>. Acessado em: 20 agosto de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTÁTISCA (IBGE). Índices de malha de malhas digitais, 2010. Disponível em: <ftp://geofpt.ibge.gov.br/malhas_digitais/censo_2010/setores_censitarios/>. Acessado em: novembro de 2013.

ÍNDICES DE PERFORMANCE ECONÔMICA E SOCIAL DA BAHIA. Salvador: Publicações da SEI, v.1, maio de 2013. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/ipe_ips/analise_dos_resultados.pdf>. Acessado em: 21 de agosto de 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, Israel de. **O processo de desertificação: a vulnerabilidade e degradação ambiental no Polo Regional de Jeremoabo**. 2014, 273 f. Tese (Dissertação em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2014.

JUNIOR, Heitor Matallo. Indicadores de desertificação: histórico e perspectivas. Brasília: UNESCO, 2001.

Miranda, J. I. **Fundamentos de sistemas de informações geográficas**. Brasília, DF: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2005. 425p

Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Estado da Bahia (PAE-BA), 2014.

RÊGO, André Heráclio do. Os sertões e os desertos: o combate à desertificação e a política externa brasileira. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OS_SERTOES_E_OS_DESERTOS.pdf>. Acessado em: 10 de out. 2013.